

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO TEXTO DA POLÍTICA

VANESSA SILVA DA SILVA¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹UFPEL– vaneguin@hotmai.com
²UFPEL/FAE– fatimacossio@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute os resultados obtidos ao longo do percurso trilhado no Mestrado em Educação PPGE/ UFPEL, materializado na dissertação intitulada Base Nacional Comum Curricular: Uma análise crítica do texto da política. A BNCC consiste na unificação de 60% dos conteúdos curriculares das etapas de ensino referente à educação infantil e ensino fundamental e atinge todas as escolas no território nacional. Ao longo do estudo buscou-se elucidar quem foram os atores que participaram de cada uma das etapas de elaboração das três versões e do texto final da lei, além de contextualizar o período político nacional e internacional que permearam sua elaboração.

Percebendo o quanto podem ser impactantes as políticas curriculares na formação do cidadão dentro de diferentes perspectivas de nação propostas pelos governos, elencou-se como problema de pesquisa: Quais concepções de educação e de currículo permeiam a atual política curricular, traduzida pela Base Nacional Comum Curricular, e quais seus possíveis efeitos na formação dos/das estudantes?

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar a BNCC como instrumento de política educacional, buscando compreender seus nexos, sentidos e efeitos na formação dos/das estudantes, tendo como objetivos específicos o aprofundamento de conceitos acerca das diferentes concepções de currículo, teorias curriculares, política pública, políticas educacionais e políticas curriculares, traçar um panorama sobre a política curricular brasileira e a influência dos diferentes atores internacionais e nacionais na elaboração da política educacional e curricular e, por fim, analisar no texto da atual política curricular para a Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) a incidência das palavras-chave que permitiram configurar as categorias de análise.

2. METODOLOGIA

Por reconhecer o caráter dialético, processual e dinâmico das políticas públicas, optou-se pela abordagem qualitativa crítica, amparado em Minayo (2001), visto que foi almejado não somente na produção final, mas em todo o percurso desta dissertação, para além de descrever os contextos sociopolíticos e culturais que envolvem o campo curricular, compreender as relações, convergências e divergências dos pensamentos que produzem ideologias e são produzidos por elas, diante da correlação de forças nas esferas política, econômica e cultural, intrinsecamente interligadas, que transformam e agregam ao longo da história ideários ao sistema educacional brasileiro.

Os procedimentos técnicos foram pautados na pesquisa bibliográfica buscando dar um aporte teórico através do diálogo com os estudiosos da área curricular, por intermédio do cotejamento de suas produções e na pesquisa documental, revisitando os documentos oficiais referentes a legislação

educacional que precederam o texto da política BNCC. Optou-se pelo recorte temporal a partir da década de 1990, por se considerar a relevância para a legislação educacional brasileira o período de redemocratização do país.

Para compreender os diversos contextos em que a BNCC foi elaborada, utilizou-se a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e colaboradores (BOWE et al., 1992; BALL, 1994). O tratamento dos dados e informações coletadas durante a pesquisa foi adotado o método de Análise de Conteúdo segundo as concepções teóricas de Laurence Bardin (2011).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os contextos de influência e elaboração do texto, na categoria 1 Gestão, participação e avaliação, percebeu-se a dissonância da elaboração textual da política quanto ao princípio constitucional da gestão democrática e ressaltando-se dois aspectos fundamentais da gestão democrática: o da participação, em que todos envolvidos na rotina da escola devem contribuir com a gestão escolar, dentre estes professores, alunos, funcionários, familiares ou responsáveis, participantes de projetos extracurriculares etc.; e a transparência, onde toda e qualquer decisão ou prática definida em relação à escola deve chegar ao conhecimento de todos os envolvidos em sua gestão.

A categoria 2 explicita os Fundamentos Pedagógicos do texto e evidencia a retomada da concepção curricular da pedagogia da competência, que consiste na mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores onde o texto da política estabelece uma listagem de dez competências gerais que o aluno deverá desenvolver durante sua inserção na Educação Básica e que, segundo o documento, garantem uma formação humana integral em prol de uma sociedade melhor. Tais competências distinguem-se em dois blocos, cognitivas, relacionadas ao saber fazer e sócioemocionais, pertinentes ao saber ser.

Ao considerar a categoria 3 Concepção de Educação, Currículo e Formação de Sujeitos, observa-se um processo de planificação dos conteúdos desvinculado da ideia de currículo crítico que, em consonância com os fortes indícios facilitadores de processos avaliativos externos, simbolizam um instrumento de análise da "qualidade da educação" dentro de uma lógica gerencialista. Tal apontamento é reforçado ao considerar o contexto de influência dos diversos atores na elaboração da BNCC, e o interesse do empresariado no campo educacional em um espaço onde o Estado está cada vez mais permeável às práticas de mercado com a utilização das políticas de avaliação meramente quantitativas e de responsabilização (*accountability*).

4. CONCLUSÕES

Com a realização do presente estudo conclui-se que as concepções de competências e habilidades contidas no texto da BNCC são adequadas ao utilitarismo aplicado ao campo do trabalho, enfatizando o "saber fazer". Tal entendimento vai de encontro com a formação integral do ser humano, proposta pela Constituição de 1988 que se assenta em uma concepção de formação de sujeitos mais ampla, na perspectiva crítica, emancipatória e de qualidade social.

Ao analisar as concepções de educação, currículo e formação de sujeitos na perspectiva do documento BNCC se pode constatar que a política curricular como se apresenta, na forma de unificação curricular, representa um retrocesso para a educação enquanto direito constitucional e enquanto aprendizagem escolar, visto

que desconsidera as diversidades existentes no território nacional e as adversidades dentro dos contextos locais e individuais.

A educação é vista como mercadoria, passível de ser vendida diante das necessidades e possibilidades da clientela, o currículo é conteudista, distribuído em disciplinas de caráter tecnicista, aos moldes do que se espera receber enquanto resultado final, ou seja, o sujeito como produto, a serviço do capital. Reduzindo o papel da educação escolar a um processo de adaptação do aluno às demandas do mercado. Dessa forma, as avaliações em larga escala influenciam diretamente na redução do que é ensinado, ou seja, o que é pertinente às camadas populares aprenderem, minimizando os espaços escolares enquanto lócus diversificados e constitutivos de embates críticos.

Considera-se importante tornar visíveis os arranjos, os acordos, os grupos de interesse, as influências e as formas como operam os formuladores de políticas, de maneira que professores e gestores possam, no contexto da prática, produzir análises e debates que resultem em propostas curriculares críticas, resistentes à adesão imposta e adequá-las aos diferentes contextos visto que, embora a educação necessite de aprendizagens de conteúdos, não poderá restringir-se a essa única dimensão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J. BOWE, Richard. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: na overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, v.24, n.2, p.97-115, 1992.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). Uma pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. 1ª ed. Campinas-SP: Alínea, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.